



VIII Jornadas Novos Paradigmas da Protecção Civil

Com a temática “Incêndios florestais de 2017: acontecimentos e aprendizagens”, as VIII Jornadas Novos Paradigmas da Protecção Civil, numa organização conjunta da **Universidade Lusófona do Porto** e da **Câmara Municipal de Vale Cambra**, sublinharam a importância desses dramáticos acontecimentos procurando, agora com um distanciamento que a dor causada aconselha e com a contribuição de alguns dos maiores especialistas e responsáveis políticos portugueses na matéria, fazer uma retrospectiva serena dos mesmos e deles extrair ensinamentos e consequências, nomeadamente em matéria de prevenção e de combate de grandes incêndios na floresta.

À semelhança das edições anteriores, o **Professor Doutor Artur Costa** e a sua Equipa, com a ajuda da Câmara local, voltaram a emprestar o habitual dinamismo e nível organizativo a um projeto da **Universidade Lusófona do Porto e do seu departamento de Protecção Civil** desenvolvendo a discussão sobre um assunto recorrente e lamentavelmente importante para a Sociedade Portuguesa, que tem visto ano após ano, falharem em absoluto as soluções apresentadas.

O evento estava dividido em três Painéis, a que normalmente se seguia um debate vivo, por vezes não muito esclarecedor, não por culpa dos oradores, mas por dificuldades objectivas dos que os inquiriam.

Painel 1: OS ACONTECIMENTOS: Contribuições para a sua interpretação.

Moderador: José António Pereira | Rádio Televisão Portuguesa

João Guerreiro | Presidente / Comissão Técnica Independente

Duarte Caldeira | Presidente / Centro de Estudos e Intervenção em Protecção Civil

Domingos Xavier Viegas | Presidente / Centro de Estudos de Incêndios Florestais | ADAI

Painel 2: AS APRENDIZAGENS Parte 1: Perspetivas para a prevenção.

Moderador: Artur Costa | Universidade de Lusófona do Porto

Gestão Florestal, os Incêndios e o Eucalipto

Miguel Monteiro Grillo | Chefe de Região Florestal Norte / Altri Florestal, S. A.

Painel 3: AS APRENDIZAGENS Parte 2: Perspetivas para o teatro de operações.

Moderador: Xavier das Neves Romão | Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Teatro de operações: os meios e a organização do combate

António Ribeiro | CODIS Aveiro / Autoridade Nacional de Protecção Civil

GIPS: atribuições, formação e especialização para o combate de incêndios rurais

Carlos Cunha | GIPS / Guarda Nacional Republicana

Bombeiros: funções, formação e especialização

Luis Almeida Lopes | Vice Presidente / Liga de Bombeiros Portugueses

E pela importância do evento transcreve-se um resumo das conclusões

*“As principais conclusões podem inferir-se das várias intervenções nos três painéis... faz-se um esforço de alinhamento das ideias principais e mais consensuais, incluindo-se também algumas contribuições de alguns participantes... resumirem uma ideia ou conclusão mais pertinente. Assim: A natureza catastrófica e a inusitada violência dos grandes incêndios florestais de 2017. Ainda, as grandes diferenças entre o complexo de incêndios de Pedrógão Grande e os de 15 de outubro. A enorme gravidade das consequências destes incêndios, com perda de vidas humanas e bens materiais sem par na História de Portugal, traduzida por numa dor sem limites sofrida por muitas famílias e regiões e por prejuízos extraordinários a que o Estado não consegue acorrer plenamente. Também as enormes e não devidamente avaliadas consequências ambientais e os impactos daí resultantes para a vida social e económica das regiões afetadas. As razões para tais acontecimentos, a que não são alheias as condições climáticas extremas vividas nesse ano e a sua contextualização no âmbito das grandes Alterações Climáticas a que assistimos, que potenciam a repetição de situações análogas ou mais graves, no futuro. A insuficiência dos meios disponíveis em face de incêndios como os ocorridos em outubro e as fragilidades (com prática falência) evidenciadas pelas componentes organizacional e operacional do **SNPC** na sua ação de resposta em ambiente de crise extrema, em todos os seus níveis. O imperativo de se apostar em políticas de longo prazo, de ordenamento e de valorização do território, que contribuam para o aumento da resiliência do espaço rural face ao risco de incêndio, com especial atenção para a floresta, atendendo ainda ao tipo povoamento humano e à natureza da própria propriedade. O imperativo de se adotarem políticas eficazes para transformar a floresta num ativo rentável, sobretudo para os pequenos proprietários florestais, seja pelo reforço do associativismo, seja pelo investimento direto do Estado na valorização das atividades rurais, remunerando um serviço público que é, afinal, prestado pelas populações rurais ao País e que se traduz na preservação do bem que é coletivo e que é a Natureza. O reconhecimento de que o problema dos incêndios florestais decorre muito do despovoamento progressivo das zonas rurais e da migração de atividades económicas do interior para o litoral, que arrastam as populações consigo. A responsabilidade do Estado perante o desinvestimento na prevenção e a passagem de responsabilidades para terceiros (municípios, nomeadamente) sem meios adequados, abdicando de um sistema de tutela efetiva. A falta de uma política florestal de médio/longo prazo. A conclusão de que é possível definir critérios de gestão da floresta capazes de conviver com espécies como o eucalipto, sem agravar o risco e as consequências dos incêndios florestais, e o facto de não ficar provada a rentabilidade de certas espécies conhecidas como mais resistentes ao fogo (mas não à prova de fogo). A necessidade de uma maior preparação técnica e científica dos operacionais e de todo o pessoal dos **APC** e demais organismos e entidades ligadas ao socorro, visando avaliações e respostas mais eficazes, bem como planeamentos mais adequados. Não apostar tudo no combate e prestar mais atenção à preparação e à recuperação da normalidade. A necessidade de se estruturarem e se valorizarem as carreiras profissionais no setor da Protecção Civil em todos os níveis e organismos. Também a necessidade de se pensar o Socorro em Portugal como uma atividade cada vez mais profissionalizada e “funcionalizada” e, consequentemente, com maior identidade, disponibilidade e dedicação, mais conhecedora e informada, mas também mais diretamente responsabilizável. A necessidade de acautelar o provimento de lugares com técnicos habilitados de reais competências para a função, rompendo-se com um tradicional “clientelismo” que ainda é marca de muitos subsectores da Protecção Civil. Limitar a mínimos as “nomeações” que hoje proliferam em muitos níveis, por serem adversárias de uma estabilidade profissional que é fundamental para se alcançarem níveis de desempenho de excelência e se acumularem saberes e experiência para o exercício de funções nas organizações. A necessidade de se promover a avaliação de instituições, processos e pessoas em todos níveis da proteção civil, com métricas que valorizem os melhores e determinem, no limite, a exclusão dos incompetentes. Paralelamente, adotar um sistema de garantia de qualidade para as organizações, incluindo Bombeiros a própria **ANPC**, e definir critérios de auditoria que o afira em contínuo.*

A constatação de que certos responsáveis, incluindo muitos autarcas, não são conhecedores das suas próprias responsabilidades e obrigações, e muito menos reúnem competências para as exercer. Nessa circunstância, alguns também não têm o bom senso de saber apoiar as suas decisões no conhecimento de outros, nomeadamente das populações residentes, continuando a preferir, alguns, atuações “vistas” em termos comunicacionais. A consequência de que todos os responsáveis políticos autárquicos devem receber formação adequada ao elevado nível das suas responsabilidades em matéria de proteção civil, antes de as exercerem. A constatação das fragilidades das estruturas municipais e a necessidade de melhorar o funcionamento dos GTF e de dotar todos os municípios de um PMDFCI.

.../...

... A necessidade de se apostar numa cultura e em práticas de segurança desde as tenras idades, com discriminação positiva para as regiões e populações mais expostas ao risco de incêndio florestal, dotando-as de conhecimento e meios de auto-organização e de auto-proteção que lhes permitam defender-se em cenários extremos como os vividos no último ano. A necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a natureza e as consequências dos fenómenos meteorológicos extremos e de desenvolver instrumentos de previsão, numa escala local, do risco de incêndio e do comportamento do fogo em situações extremas, incorporando-os nomeadamente no teatro de operações. O papel esperado das escolas superiores e centros de investigação nacionais para esse fim, acompanhado pela disponibilidade de todos os agentes para com elas cooperar e com elas também aprender, incorporando novos conhecimentos e técnicas mais profundamente nos seus processos. A urgência de parar para pensar. A urgência de se refletir sobre a organização do SNPC, a forma como atua e a sua capacidade de dar resposta efetiva a desafios extremos (de que os incêndios florestais são só o exemplo mais imediato, mas que não se esgotam aí). A necessidade de chamar todos para este desígnio nacional, com o objetivo de fundamentar melhor a tomada de decisões futuras, seja dentro das instituições ou mesmo na esfera individual, seja, sobretudo, naquelas que compete ao poder político adotar. A necessidade de garantir o funcionamento orgânico, solidário e de identidade única entre os vários agentes de proteção civil perante a problemática dos incêndios florestais, capacitando-os também de instrumentos, informação, participação e conhecimentos para que possam, eles próprios, ser agentes ativos e interessados nas mudanças que, em matéria de melhoria de todo o sistema e seus processos, urge implementar no curto e médio prazo.”

A ANAFS fez-se representar pelos Presidente e Coordenador-chefe Manuel Velloso, Vice-Coordenador-chefe (EAC) Carlos Manuel Carvalho, Coordenador USAR TEAM (a.i.) José Pedro Figueiredo, 1º Vogal do Conselho Fiscal António Freitas e Adjunto Técnico da Delegação do Porto Manuel Amorim.

De referir ainda para a forma muito cuidada com que todos foram recebidos pela Câmara Municipal de Vale de Cambra, pontuando o seu Presidente para a excelência de trato.

141º Aniversário da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela

No dia 13MAI18 realizaram-se as cerimónias solenes da fundação da REAL ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIZELA, a que nos liga uma permanente, profícua e sempre disponível parceria.

Na circunstância a ANAFS fez-se representar pelo Comandante António Freitas Vogal do Conselho Fiscal.

7ª Corrida/Caminhada DONA ESTEFÂNIA

A Unidade Local de Protecção Civil de ALCÂNTARA apoiou em 13MAI18 a 7ª Corrida/Caminhada DONA ESTEFÂNIA organizada pela Plataforma Cívica para um Hospital Pediátrico em Lisboa e que foi composta por uma corrida de 10 Km e uma Caminhada/Festa de 4 Km. As provas iniciaram-se na Avenida Brasília a partir das 09:30 H, com chegada e partida junto à margem do Tejo, frente à antiga FIL.

Na circunstância para melhorar as condições de assistência aos participantes e assistentes no evento, foi solicitado um apoio de assistência sanitária de emergência à ANAFS, que destacou uma B1ª de dois elementos da ANAFS DRC TEM.



32º CEUSAR

A ANAFS, com o apoio da Unidade de Intervenção da GNR, realizou o 32º CEUSAR, no CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE GNR no Fogueiteiro que serviu de reconhecimento para a sua eventual utilização em cursos futuros, quer elementares, mas especialmente complementares e avançados. O curso realizou-se no dia 19MAI18 e teve a participação de 16 elementos, dos quais oito formandos oriundos do GIPS-GNR, da ANAFS DRC TEAM e da ANAFS USAR TEAM. As condições encontradas foram de excelência e permitirão encontrar os mais diversos cenários de desmornamentos e a possibilidade de se realizarem as mais diversas manobras de busca e salvamento urbano.

Entretanto, no futuro há que encontrar algumas condições de logística, imprescindíveis ao apoio às actividades formativas, que normalmente são possíveis de serem criadas pela ANAFS, já executadas em outras situações de formação ou de apoio a operações e missões humanitárias.

Assim, estamos em condições, se esse for igualmente o entendimento da GNR, de irmos a realizar o nível complementar naquelas excelentes instalações de manobra.



III Curso de Formação em Psicotraumatologia CENTRO DE TRAUMA/CES

No dia 12MAI18 a convite do **Centro de Trauma**, o Coordenador-chefe e o Coordenador Adjunto OPS ANAFS EOC TEAM colaboram na regência de um Módulo do **III Curso de Psicotraumatologia** sobre “Operações e Missões Humanitárias” com os seguintes matérias.

A estrutura da Protecção Civil em Portugal
Mecanismos Internacionais de resposta às catástrofes
Estudo de caso (Operação SUMATRA 2005)
Preparação de operações humanitárias de socorro e assistência
Estudo de caso (Operação ACONCHEGO)
Estudo de Caso (Operação - Incêndios Florestais 2017).



CENTRO DE TRAUMA
CES / CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS - PORTUGAL

Grupo Comunitário da Freguesia de Santa Clara 4º EVENTO DA COMUNIDADE MAIS SAUDÁVEL

O “4º Evento de Comunidade mais Saudável” teve lugar no Largo das Galinheiras, dia 21MAI18 das 10 às 17,00 horas, tendo a **ANAFS** levado a efeito uma acção de educação sanitária, emprestando um equipamento para os meninos lavarem as mãos, ensinando-os no procedimento correcto, não só sob o ponto de vista da higiene, como no do ambiente. Igualmente interveio com pequenas acções securitárias de sensibilização das crianças presentes. Finalmente, os três elementos destacados da ANAFS DRC TEAM e da ANAFS EOC TEAM organizaram-se em B1ª afim de prestarem eventual assistência aos participantes no evento.

“Projecto VI-LAR”

Este projecto promovido pela **Gebalis**, recebeu a colaboração da **ANAFS**, através duma acção de sensibilização, para utentes dos lotes 8, 10 e 14 da Rua António Vilar, no dia 26MAI18, pelas 14:30H e abordando as áreas da higiene, saúde e segurança, dirigida a crianças e aos seus pais dos 3 lotes intervidos. A acção decorreu nas instalações, da **ANAFS (UIS)** situada na Rua António Vilar, Lote 11 e foram orientadas pelo Adjunto de Coordenador OPS da ANAFS USAR TEAM, articulando-se com a Adjunta de Coordenador UIS da ANAFS EOC TEAM.

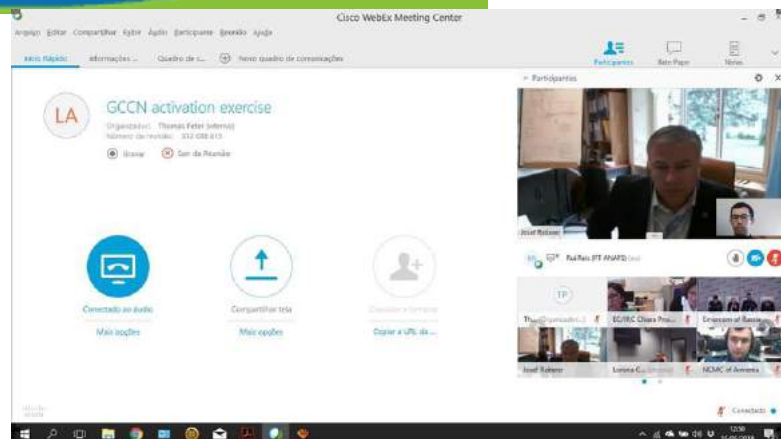
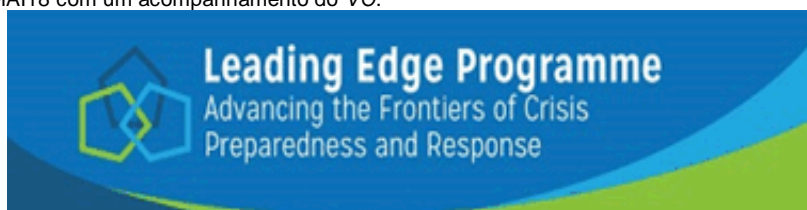
Operação “ACONCHEGO”

Realizou-se a XLV edição da Operação “ACONCHEGO” que nos moldes habituais vem apoiando as populações mais isoladas e desfavorecidas dos Concelhos de Grândola e de Alcácer do Sal. Com a intervenção do Cirurgião Ortopedista *Rui Delgado* nas comunidades da Aldeia da Justa e Aldeias de Rio de Moinhos e de S. Romão iniciou-se a resolução ou atenuação das alterações osteo-articulares dos residentes naqueles lugares. Tentaremos no futuro abranger outras comunidades no Concelho de Grândola.

Global Crisis Centre Network (GCCN) Exercise on 15 May 2018

in connection with the UK Simex Series 2018 flood exercise

Entre 11 e 15MAI18 a **ANAFS**, em representação de Portugal, integrou um *Web Exercise* organizado pela **OCHA** e integrado na série dos **SIMEX 2018**, que abordava uma situação de inundações catastróficas no Reino Unido. O exercício, **UK Simex 2018** realizou-se no dia 15MAI18, jogando-se com os centros de crises (CC) integrados no **GCCN**, a partir de 11MAI18. O *WebEx* teve como *focal point* o Adjunto de Coordenador LIG ANAFS USAR TEAM que manteve a ligação permanente com **GCCN**, no **ESB** a partir de 11MAI18. A coordenação da participação nacional esteve a cargo do Coordenador-chefe, apoiando-se nos elementos escolhidos do *staff* da ANAFS EOC TEAM (4), do *staff* da ANAFS DRC TEAM (3) e do *staff* da ANAFS USAR TEAM (4), num total de 11 elementos, os quais mantiveram ligação electrónica permanente a partir de 15MAI18 com um acompanhamento do VO.



Ativado Sistema de Monitorização e Vigilância ÍCARO

02-05-2018

FacebookTwitterGoogle+

O Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, através do seu Departamento de Epidemiologia, ativou, dia 1 de maio, o Sistema de Monitorização e Vigilância ÍCARO, um instrumento de observação no âmbito do qual se estuda o efeito de fatores climáticos na saúde humana. Este sistema é ativado todos os anos, entre maio e setembro, emitindo diariamente um índice de alerta que é disponibilizado às autoridades de saúde.

Os relatórios diários do Índice Alerta ÍCARO (Importância do CALor: Repercussões sobre os Óbitos) são divulgados apenas a um grupo restrito de pessoas, com responsabilidades na decisão e prestação de cuidados à população. Sempre que as previsões da temperatura e o valor do Índice Alerta ÍCARO o aconselharem, é transmitida uma recomendação de alerta de onda de calor.

O Índice ÍCARO é uma medida numérica do risco potencial que as temperaturas ambientais elevadas têm para a saúde da população. Esta medida de risco é efetuada para a mortalidade da população geral e com 75 e mais anos de idade, encontrando-se dividido em cinco níveis de alerta: Efeito nulo sobre a mortalidade; Efeito não significativo sobre a mortalidade; Provável efeito sobre a mortalidade; Possível alerta de onda de calor em avaliação; Alerta de onda de calor, esperadas consequências graves em termos de saúde e mortalidade.

O sistema ÍCARO começou a ser desenvolvido pelo Instituto Ricardo Jorge em 1999, em parceria com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera e conta com a participação da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Desde 2004, faz parte integrante do Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas, agora incluído na plataforma Saúde Sazonal e designado "Plano Verão e Saúde".

Este sistema tem permitido antecipar os efeitos de temperaturas extremas na mortalidade da população portuguesa, contribuindo decisivamente para a preparação que as autoridades de saúde promovem junto da população com o objetivo de a proteger e de minimizar os efeitos do calor na população mais vulnerável, em especial os idosos, as pessoas com doenças crónicas e as crianças. As situações de alerta, as medidas de contingência e a respetiva informação à população são disponibilizadas pela DGS e Administrações Regionais de Saúde.

In NEWSLETTER INSA – Edição 270

ACAMPAMENTO JOVÉM 2018

Como já vem sendo hábito desde de 2011, voltaremos a realizar uma acção de características semelhantes às anteriormente efectuadas em Évora, no Parque da Natureza do Argoal em Ourém, na Bateria da Laje em Oeiras, em Arranhó (Arruda dos Vinhos), de novo em Ourém no Centro Desportivo da CARIDADE e no ano passado em Cascais no Real Clube de Campo D. Carlos I, onde mais uma vez receberemos alguns dos jovens familiares dos nossos Sócios e Parceiros, co-habitando com eles, em ambiente de emergência, durante alguns dias.

Assim, este ano de 04 a 08JUL18, utilizando as instalações do Eco Parque do Montinho da Ribeira em GRÂNDOLA, continuaremos a introduzir algumas actividades formativas para a criação de uma postura resiliente neste núcleo de jovens. Isto é, iremos recebe-los e fazendo-os viver connosco, os jovens, nossos e vossos familiares, num espaço preparado para o efeito, sujeitando-os às condicionantes de uma vida em situação de pós-emergência. Durante a permanência na Base de Operações (BoO) criada para o efeito, desenvolveremos formação, em alguns casos recordando conhecimentos e medidas de auto-protecção já divulgadas nas edições anteriores, caso dos "CINCO GESTOS DE SOCORRO", "O CAMINHO DA SEGURANÇA", "MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DO RISCO SÍSMO-TERRAMOTO", "LUTA CONTRA INCÊNDIOS", "MOVIMENTAÇÃO DE VÍTIMAS" e desenvolvendo outras actividades da vida do Campo, como seja montarem as suas próprias tendas, confeccionarem uma refeição saudável e tradicional (*slow food*), assistirem a outras missões das nossas unidades (telecomunicações, orientação) e, finalmente disciplinarem colectivamente os comportamentos numa situação de emergência. Tentaremos igualmente desenvolver outras acções de características mais lúdicas, como seja fazerem uma caminhada seguindo preceitos de orientação e controlo por comunicações rádio-eléctricas e realizando pequenos jogos tradicionais por equipas. Como vem sendo hábito e com o apoio da Câmara Municipal de Grândola, levaremos os participantes a uma visita guiada ao Museu Mineiro – Centro de Ciência Viva do Lousal.

Aproveitando a disponibilidade da Câmara Municipal de Grândola e da Junta de Freguesia de Grândola e Santa Margarida da Serra, na cedência de espaço, condições e nos apoios logísticos, a ANAFS, através das suas Unidades Operacionais, irá montar uma BoO no Eco Parque do Montinho da Ribeira, que servirá para recepcionar e apoiar durante a sua permanência, os nossos "participantes" – Sócios, Parceiros e os seus jovens acompanhantes.

A ANAFS garantirá o transporte ferroviário entre Lisboa (Estação do Oriente) e Grândola e respectivo retorno. A apresentação dos participantes deverá realizar-se na Estação do Oriente, junto às bilheteiras do ALFA em 040915JUL18, a fim de embarcarem no comboio com destino a Grândola.

Para mais informações pode solicita-los através dos contactos oficiais da ANAFS.



Convite



O Presidente da ANAFS—Associação Nacional dos Alistados das Formações Sanitárias e o Director do ISLA—Instituto Superior de Leiria, tem a honra de convidar V. Exa. para assistir ao Circulo de Palestras, organizado pela Delegação de Leiria da ANAFS, subordinada ao tema "Segurança, um dever de cidadania", no dia 8 de Junho de 2018, pelas 18,30 horas. Palestrante Mestre António Manuel Marques Nunes, com o tema "Protecção Civil do Futuro".

Auditório do ISLA Leiria
Rua da Cooperativa
S. Romão
2414-074 Leiria

Apoios:



Resposta:

info@islaleiria.pt
anafs.del.leiria@gmail.com



AJUDE A ANAFS A CUMPRIR OS SEUS OBJECTIVOS HUMANITÁRIOS, CONTRIBUINDO COM O SEU DONATIVO OU COM A SUA PRESTAÇÃO VOLUNTÁRIA E BENÉVOLA

IBAN: PT50 0036 0317 99100009891 36

www.anafs.org